

Crítica ao exame de similaridade

O diretor da Associação Brasileira de Comércio Exterior (ABCE), Roberto Cegatto, voltou a acusar a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) de estar exorbitando de seus poderes ao exigir o exame de similaridade a qualquer tipo de importação. "O exame de similaridade, como diz a legislação, só deveria atingir as importações com redução ou isenção fiscal, mas na prática não é isso o que acontece", afirmou Cegatto, refutando a nota oficial divulgada anteontem pela Cacex. Disse ainda ter farta documentação para comprovar suas denúncias.

A mesma denúncia foi reforçada

por um empresário do setor de despachos aduaneiros e assessoria de importações, que preferiu não ter seu nome revelado, "para evitar novas perseguições da Cacex". O empresário disse que a legislação não é aplicada pela Cacex e citou o caso de um cliente que há seis meses aguarda a liberação de guia de importação, apesar de ter pleiteado a compra sem qualquer benefício fiscal. No entender dessa fonte, a única explicação para isso é a tentativa do governo de obter superávit na balança comercial.

Cegatto criticou o diretor da Cacex, Namir Sallek, que "concedeu a si próprio poderes supremos para

controlar o fluxo de comércio do País, passando por cima da legislação e do bom senso, impedindo a importação de máquinas". Segundo ele, nas importações normais (não incentivadas), qualquer que seja o valor, existe o exame de similar, que é ainda mais rigoroso no caso das compras externas com redução ou isenção fiscal. Nesse caso, afirmou Roberto Cegatto, importações por programas como o Befiex, com compromisso de exportar US\$ 10,00 por dólar importado, são vetadas pela Cacex, muitas vezes sem que haja o produto nacional, mas exista algum projeto ou empresa com tecnologia para fabricá-lo internamente.